

**DISPENSA DE LICITAÇÃO - FORNECIMENTO DE BENS**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 010/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/9010-0000025-8**

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev torna público que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO** por meio da INTERNET. A presente dispensa reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei Estadual nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto Estadual nº 53.355, de 21 de dezembro de 2016; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto Estadual nº 55.717, de 13 de janeiro de 2021, Decreto Estadual 57.032, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual 57.034, de 23 de maio de 2023 e pelas condições previstas neste Termo de Dispensa de Licitação e seus anexos.

**OBJETO**

Aquisição de 01 (um) conjunto de microfone de lapela sem fio, composto por 2 (dois) transmissores e 1 (um) receptor, acompanhado de estojo de carregamento, destinado à realização de gravações para produção de vídeos institucionais, transmissões ao vivo e demais atividades de comunicação institucional.

**VALOR GLOBAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO**

R\$ 1.536,67 (mil quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos)

**DATA E HORA DA ABERTURA**

08/06/2026

10 HORAS

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço

**DISPENSA DE LICITAÇÃO - FORNECIMENTO DE BENS**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/9010-0000025-8**

**CONDIÇÕES GERAIS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - ÍNDICE**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**
- 3. DA DATA E DO HORÁRIO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO**
- 5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6. DO CREDENCIAMENTO**
- 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SENHA ELETRÔNICA**
- 9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**
- 10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA**
- 11. DA NEGOCIAÇÃO**
- 12. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 13. DA HABILITAÇÃO**
- 14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**
- 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 16. DO TERMO DE CONTRATO**
- 17. DO PAGAMENTO**
- 18. DO REAJUSTE**
- 19. DA FONTE DE RECURSOS**
- 20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**
- 21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ANEXOS**

**ANEXO I – FOLHA DE DADOS**

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**ANEXO IV – MINUTA DA ORDEM DE COMPRA**

## **CONDIÇÕES GERAIS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - CGDL**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO - FORNECIMENTO DE BENS**

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO por meio da INTERNET. A presente dispensa reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei Estadual nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto Estadual nº 53.355, de 21 de dezembro de 2016; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto Estadual nº 55.717, de 13 de janeiro de 2021, Decreto Estadual 57.032, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual 57.034, de 23 de maio de 2023 e pelas condições previstas neste Termo de Dispensa de Licitação e seus anexos.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente dispensa de licitação visa à aquisição de bens, conforme descrição e condições especificadas no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 1.1) e de acordo com as condições contidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

#### **2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

2.1. O Termo de Dispensa de Licitação poderá ser obtido no site [www.rsprev.com.br](http://www.rsprev.com.br);

2.2. A dispensa de licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço indicado no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 2.2), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação dos interessados previamente credenciados conforme cláusula 6.

#### **3. DA DATA E DO HORÁRIO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

3.1. Na data e horário designados no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 3.1) será aberta sessão pública pelo agente de contratação;

3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do agente de contratação em sentido contrário.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Termo, poderá participar desta dispensa de licitação:

4.1.1. Qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, devidamente credenciada nos termos do item 6, cujo objeto social seja compatível com o objeto e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Termo de Dispensa de Licitação e seus Anexos, observado o disposto no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 4.1.1);

4.1.2. Pessoa física que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6;

4.1.3. Consórcios, nas condições previstas no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 4.1.3);

4.1.4. Cooperativas de trabalho, nas condições previstas no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 4.1.4);

4.1.5. Empresa estrangeira, desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta dispensa de licitação:

4.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de contratar com o Poder Público em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Termo, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3. O impedimento de que trata o item 4.2.1 será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.4. Não poderá haver participante com mais de uma proposta por lote;

4.5. A participação na presente dispensa de licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Termo de Dispensa de Licitação, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Para fins de obtenção do tratamento diferenciado nos termos da Lei Complementar Federal 123/2006, previsto nos artigos 42 a 49, quando do envio da proposta inicial o participante deve declarar eletronicamente em campo próprio do sistema:

5.1.1. Que possui enquadramento empresarial como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

5.1.2. Que no ano-calendário de realização desta dispensa de licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte;

5.2. A ausência dessas declarações no momento do envio da proposta, significará a renúncia da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de utilizar-se das prerrogativas a ela concedida pela Lei Complementar federal nº 123/2006, conforme previsto nesta CGDL;

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

5.4. Ocorrendo o empate nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

5.5. No caso de não contratação da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte serão convocadas as remanescentes de mesmo enquadramento empresarial que se encontrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito.

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento empresarial, o objeto da dispensa de licitação será adjudicado para o participante que originalmente apresentou o melhor lance.

5.6. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação;

5.7. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da dispensa de licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração RS-Prev, para apresentar as respectivas certidões de regularidade;

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração RS-Prev convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

5.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 5.3 e 5.4, caso a dispensa de licitação se destine exclusivamente a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

6.1. Os interessados em participar na presente dispensa de licitação deverão estar regularmente credenciados no Portal do Fornecedor RS;

6.2. O credenciamento deverá ser solicitado por meio do Portal do Fornecedor RS ([portaldofornecedor.rs.gov.br](http://portaldofornecedor.rs.gov.br)).

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

7.1. Os participantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão conforme ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 3.1), exclusivamente no sistema eletrônico referido no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 2.2), quando se encerrará a fase de recebimento de propostas;

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior ao disposto no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 7.2), a contar da data da abertura da dispensa de licitação;

7.2.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se o do ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 7.2);

7.3. A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do produto ofertado, indicando obrigatória e expressamente, a sua marca e, se for o caso, o modelo;

7.4. Os participantes deverão consignar o valor da proposta já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

7.5. No momento do envio da proposta, o participante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- 7.5.1. Que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Termo de Dispensa de Licitação;
- 7.5.2. Que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela RS-Prev.
- 7.5.3. Que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;
- 7.5.4. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- 7.5.5. Que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades elencadas no item 22 deste Termo de Dispensa de Licitação e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021;
- 7.5.6. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, conforme itens 4 e 5 deste Termo de Dispensa de Licitação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;
- 7.5.7. Que possui ou não enquadramento empresarial como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para fins de obtenção do tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, se for o caso;
- 7.5.8. Que, em sendo ME/EPP, possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano-calendário de realização desta dispensa de licitação, se for o caso;
- 7.5.9. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 7.5.10. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação;
- 7.7. Nos casos de declaração falsa, o participante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de

1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Termo de Dispensa de Licitação;

7.8. Até data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o participante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

7.9. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação, sujeitando-se o participante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Termo de Dispensa de Licitação, que forem omissas ou apresentarem irregularidades;

7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.12. Não será admitida a subcontratação;

7.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o participante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública;

7.14. É de inteira responsabilidade do participante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta dispensa de licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas;

7.15. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 7.3;

7.16. As propostas deverão, sempre que possível, conter o código de barras do objeto ofertado;

7.17. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico informado no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 2.2).

## **8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA**

8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação;

8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do participante credenciado conforme item 6 e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos;

8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas;

8.4. Caberá ao participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

8.5. Se ocorrer a desconexão do agente de contratação durante a etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos participantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

8.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da dispensa de licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes.

8.6. No caso de desconexão do participante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

## **9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

9.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da dispensa de licitação, neste Termo de Dispensa de Licitação, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA**

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGDL 3.1);

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os participantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou *e-mail*.

10.3. O Critério de Julgamento será conforme o Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGDL 10.3);

10.4. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados;

10.4.1. Durante o transcurso da sessão, os participantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante;

10.5. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances de menor valor, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor;

10.5.1. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo previsto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGDL 10.5.1);

10.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

10.5.3. Será permitida a apresentação de lances intermediários;

- 10.5.4. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os participantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo pregoeiro;
- 10.7. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 10.8. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- 10.9. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.
- 10.10. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.10.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 10.10.2. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no subitem 10.10 deste Edital, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- 10.10.3. No caso de a sessão encerrar sem prorrogação automática, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances conforme subitem 10.10, mediante justificativa.
- 10.11. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, conforme subitem 10.10, para a definição das demais colocações;
- 10.12. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5 deste Edital, se for o caso.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO**

- 11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao participante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital;
- 11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais participantes.

## **12. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

12.1. O pregoeiro convocará o participante classificado em primeiro lugar, para, em prazo não inferior a 02 (duas) horas, encaminhar, por meio eletrônico - Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGDL 2.2) a proposta de preço;

12.1.1. A proposta de preços fará parte do contrato ou do instrumento equivalente, como seu anexo;

12.1.2. O pregoeiro verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. O participante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital;

12.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão;

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

12.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do participante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração;

12.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.6.1. Os preços deverão estar de acordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGDL 12.6.1).

12.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

12.8. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexecutável, caberá ao pregoeiro realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do participante a demonstração;

12.8.1. Será considerada inexecutável a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

12.9. Será vencedor o participante que atender a íntegra do edital e ofertar o menor preço, considerando o previsto no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGDL 12.9);

12.10. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

13.1. O participante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo agente de contratação, nunca inferior a 01 (uma) hora;

13.1.1. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado.

13.2. São exigidos os documentos de habilitação abaixo discriminados;

13.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

13.3.1. Documento oficial de identificação com foto, em se tratando de pessoa física;

13.3.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

13.3.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.3.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.3.5. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.3.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.3.7. Enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa, emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39A da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada da declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

13.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.4.1. Documento oficial que comprove a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em se tratando de pessoa física;

13.4.2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

13.4.3. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.4. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do participante, e, independentemente da sua sede, para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei;

13.4.5. Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de pessoa jurídica, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.4.6. Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.5. Além dos documentos relacionados nos itens 13.3 e 13.4 deste Termo, serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

13.5.1. Previstos no Termo de Referência;

13.5.2. Relacionados no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 13.5);

13.5.3. Relacionados no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 4.1.3) no caso de Consórcio;

13.5.4. Relacionados no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 4.1.4) no caso de Cooperativa de Trabalho.

13.6. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do participante, com indicação do número de inscrição no CNPJ/CPF;

13.7. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa;

13.8. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz;

13.9. Os documentos referentes à habilitação do participante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública;

13.9.1. Caso a data do julgamento da habilitação não coincida com a data da abertura da sessão, e não seja possível ao agente de contratação verificar a validade dos documentos por meio de consulta a sites oficiais, o participante será convocado a encaminhar, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

13.9.2. Convocado o participante, na forma do subitem 13.9.1., fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se, para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

13.10. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão;

13.11. Caso seja apresentado o Certificado de Fornecedor do Estado, acompanhado do anexo, emitido pela Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, este substituirá apenas os documentos que contemple, desde que estejam vigentes;

13.12. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema;

13.13. Nos casos de apresentação de documento falso, o participante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas.

13.14. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:

13.14.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no subitem 23.4 deste Edital, o agente de contratação considerará o participante inabilitado;

13.14.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos descritos no item 11 deste termo, respeitada a ordem de classificação do participante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições deste termo.

#### **14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**

14.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser registrados em campo próprio do sistema eletrônico em até 1 (um) dia útil antes da data fixada para a abertura da dispensa de licitação;

14.1.1. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada no mesmo endereço eletrônico.

14.2. Após as etapas de classificação e habilitação, os participantes receberão notificação pelo sistema, para, querendo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, obrigatoriamente via sistema eletrônico, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que o recurso terá efeito suspensivo;

14.2.1. A falta de manifestação acerca da intenção de recorrer, nos termos previstos neste Termo de Dispensa de Licitação, importará a decadência desse direito;

14.2.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da aceitabilidade da intenção de recorrer, para o participante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente via sistema em que foi realizada a disputa – Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGDL 2.2), ficando os demais participantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. Caberá ao agente de contratação receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão.

14.3.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

14.3.2. O recurso será conhecido pelo agente de contratação, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Termo de Dispensa de Licitação e se atender as demais condições para a sua admissibilidade;

14.3.3. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. O objeto será adjudicado ao participante declarado vencedor, por ato do agente de contratação ou pela autoridade competente;

15.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO**

16.1. O adjudicatário terá o prazo previsto no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 16.1), após formalmente convocado, para assinar o contrato, se houver;

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer para a assinatura do contrato, a RS-Prev poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica avançada, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº 56.671, de 26 de setembro de 2022;

16.3. O prazo previsto no subitem 16.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por necessidade da RS-Prev ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela RS-Prev;

16.4. O prazo de vigência do contrato será o equivalente ao prazo de entrega estabelecido no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, encerrando-se com o aceite definitivo do objeto, salvo se houver previsão contrária no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 16.4);

16.4.1. Havendo assinatura de Termo de Contrato, a contagem do prazo de entrega inicia a partir da data estabelecida na ordem de início;

16.4.2. Quando o Termo de Contrato for substituído pela Ordem de Compra, a contagem do prazo de entrega inicia na data em que a Ordem de Compra for disponibilizada pela Contratante.

16.5. A prorrogação dos prazos de entrega será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo;

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, pelo contratante, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo;

16.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à RS-Prev convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo participante vencedor;

16.8. Caso o adjudicatário não assine o contrato, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos participantes remanescentes;

16.8.1. Os participantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela RS-Prev, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.9. Na hipótese de nenhum dos participantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.7, a RS-Prev, observados o valor estimado, poderá convocar os participantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

16.10. Na hipótese de nenhum dos participantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.8, a RS-Prev, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos participantes remanescentes, atendida a ordem classificatória;

16.11. Na hipótese do subitem 16.9, o participante remanescente convocado fica obrigado a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela RS-Prev, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa;

16.12. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação, conforme item 13 deste edital.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. As condições para pagamento são as previstas no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 17.1).

## **18. DO REAJUSTE**

18.1. Os valores dos serviços prestados, poderão ser reajustados anualmente, na proporção de variação de índice previsto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGDL 18.1), tornando-se o índice referencial o do mês correspondente ao da data de assinatura do Contrato.

## **19. DA FONTE DE RECURSOS**

19.1. As despesas decorrentes da aquisição objeto desta dispensa de licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGDL 19.1).

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

20.1. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas neste Termo de Dispensa de Licitação e às demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no ANEXO I - FOLHA DE DADOS (CGDL 20.1).

## **21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

21.1. A garantia será prestada conforme exigência da legislação e do objeto contratado; disposto no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 21.1);

21.2. Caso não seja observado o prazo fixado para apresentação da garantia, aplicar-se-á o disposto no subitem 23.2.6.

## **22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **22.1. Das Infrações Administrativas**

22.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o participante ou o contratado que:

22.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à RS-Prev, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

22.1.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- 22.1.1.5. Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 22.1.1.6. Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 22.1.1.7. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 22.1.1.8. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 22.1.1.9. Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 22.1.1.10. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 22.1.1.11. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.1.12. Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 22.2. Da execução da garantia contratual

22.2.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

22.2.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante;

22.2.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

22.2.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária;

22.2.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante;

22.2.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

## 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo agente de contratação.

23.1.1. Nas atas da sessão pública deverão constar os registros dos participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de

intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos e do vencedor da dispensa de licitação.

23.1.2. Os demais atos serão registrados nos autos do processo.

23.2. O participante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Termo de Dispensa de Licitação, pois a apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

23.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do participante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.4.1. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade superior convocar os participantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

23.5. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente dispensa serão disponibilizados no site referido no ANEXO I – FOLHA DE DADOS (CGDL 2.2), sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

23.6. O contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da dispensa de licitação, para os servidores do órgão ou entidade contratante para os colaboradores e Diretores da contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

23.7. A homologação do resultado desta dispensa de licitação não implicará direito à contratação.

23.8. O presente Termo de Dispensa de Licitação, o ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

23.9. O adjudicatário está sujeito a observação e cumprimento de todas as cláusulas previstas no Termo de Contrato, mesmo na hipótese de sua substituição por outro instrumento hábil.

23.10. A contratante poderá anular ou cancelar a Dispensa de Licitação, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

23.11. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.12. Prevalecerão as disposições deste Termo de Dispensa de Licitação em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.

23.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre/RS para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Termo de Dispensa de Licitação ou aos seus anexos.

23.14. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Porto Alegre/RS, 01 de junho de 2026.

**Andressa dos Santos Manczak**  
Agente de Contratação

## ANEXO I – FOLHA DE DADOS

### CGDL - Condições Gerais de Dispensa de Licitação

Complemento ou Modificação	
Preâmbulo	A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev torna público que realizará <b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> por meio da INTERNET. A presente dispensa reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei Estadual nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto Estadual nº 53.355, de 21 de dezembro de 2016; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto Estadual nº 55.717, de 13 de janeiro de 2021, Decreto Estadual 57.032, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual 57.034, de 23 de maio de 2023 e pelas condições previstas neste Termo de Dispensa de Licitação e seus anexos.
CGDL 1.1	Aquisição de 01 (um) conjunto de microfone de lapela sem fio, compostos por 2 transmissores e 1 receptor por conjunto, com estojo de carregamento.
CGDL 2.2	Portal eletrônico para realização da dispensa de licitação: Site: <a href="http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br">http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br</a>
CGDL 3.1	<b>Data: 08/06/2026</b> <b>Horário: 10h</b>
CGDL 4.1.1	(x) Participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
CGDL 4.1.3	Não será permitida participação de Consórcio
CGDL 4.1.4	Não será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho.
CGDL 7.2	A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias.
CGDL 10.3	Critério de Julgamento: <b>MENOR PREÇO</b>
CGDL 10.5.1	Decremento mínimo: <b>R\$ 5,00 (cinco reais)</b>
CGDL 12.6.1	Valor máximo conforme consta no Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA
CGDL 12.9	Não aplicável
CGDL 13.5	Fica dispensada a apresentação de demais documentos de habilitação, exceto os obrigatórios previstos no TDL 13.
CGDL 16.1	O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, após formalmente convocado, para

	assinar o contrato.
CGDL 16.4	O prazo de vigência do contrato será o equivalente ao prazo de entrega estabelecido no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
CGDL 17.1	O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento do objeto entregue.
CGDL 18.1	Não se aplica reajuste ao presente objeto, considerando tratar-se de aquisição com entrega e pagamento em parcela única.
CGDL 19.1	As despesas decorrentes da aquisição do presente objeto correrão por conta de recursos próprios da RS-Prev por meio da conta orçamentária nº 1.03.01.02.00.00.00. Data do orçamento: 01/2026
CGDL 20.1	Não aplicável
CGDL 21.1	Não será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato.
CGDL 22.2.2	Não aplicável

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 009/2025

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1.0 presente Termo de Referência – TR estabelece as condições para a aquisição de microfones de lapela sem fio, que deverão ser observadas pelos potenciais fornecedores que participarem do processo de contratação de atividade-meio da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev.
- 1.2. Considerando que a presente contratação se refere à atividade-meio da Fundação, o processo será conduzido em observância à legislação federal aplicável às licitações e contratos administrativos, especialmente à Lei Federal nº 14.133/2021, com fundamento no art. 5º, inciso I, do Estatuto da RS-Prev.

#### 2. DO OBJETO

- 2.1. Aquisição de **01 (um) conjunto de microfone de lapela sem fio, composto por 02 (dois) transmissores e 01 (um) receptor**, acompanhado de estojo de carregamento, destinado à realização de gravações de vídeos institucionais, transmissões ao vivo e demais atividades de comunicação institucional, conforme especificações técnicas abaixo.

##### 2.2. Detalhamento do objeto:

- 2.2.1. Aquisição de 1 (um) par de microfones de lapela de qualidade profissional;
- 2.2.2. Design compacto e leve, com peso aproximado de 9 gramas por transmissor;
- 2.2.3. Sistema plug-and-play
- 2.2.4. Capacidade de gravação simultânea de duas fontes de áudio;
- 2.2.5.1 (um) receptor;
- 2.2.6.1 (um) estojo de carregamento para transporte e recarga;
- 2.2.7. Tipo de microfone: Condensador
- 2.2.8. Formato do microfone: Lavalier
- 2.2.9. Predominantemente preto;
- 2.2.10. Padrões polares: Omnidirecional
- 2.2.11. Tecnologia de cancelamento de ruído;
- 2.2.12. Conectividade sem fio estável;
- 2.2.13. Indicador luminoso de funcionamento;

- 2.2.14. Alimentação por bateria recarregável, com autonomia mínima de 6 (seis) a 10 (dez) horas por carga;
- 2.2.15. Recarga por meio de estojo de carregamento ou cabo USB-C;
- 2.2.16. Alcance aproximado de até 300 metros em condições ideais;
- 2.2.17. Operação na frequência de 2,4 GHz;
- 2.2.18. Qualidade de áudio com taxa de amostragem mínima de 48 kHz/24 bits
- 2.2.19. Compatibilidade com câmeras de vídeo, dispositivos Apple (iPhone), sistema Android e computadores;
- 2.2.20. Indicado para entrevistas, transmissões ao vivo, produção de conteúdo digital e redes sociais;
- 2.2.21. Possibilitar mobilidade ao usuário durante as gravações, garantindo qualidade sonora profissional.

### **3. DA JUSTIFICATIVA**

- 3.1. A área de Comunicação Institucional da RS-Prev tem como objetivo a produção de vídeos institucionais e educativos, visando ao fortalecimento da imagem da Fundação, bem como à divulgação de informações previdenciárias aos participantes dos planos RS-Futuro e RS-Municípios, inclusive por meio de eventos on-line.
- 3.2. Nesse contexto, a utilização de microfones de lapela é essencial para assegurar adequada captação de áudio, requisito indispensável para a produção de conteúdo audiovisual com padrão profissional. Ressalta-se que, durante recente capacitação em Media Training promovida pela empresa assessora em comunicação social, foi enfatizada a importância da qualidade sonora como fator determinante para a experiência do público e a efetividade da comunicação.
- 3.3. Os microfones de lapela são igualmente indispensáveis à continuidade do projeto de educação financeira e previdenciária desenvolvido pela Fundação, cuja divulgação ocorre predominantemente por meio de vídeos publicados em redes sociais. A clareza do áudio impacta diretamente a compreensão das informações e o engajamento do público-alvo.
- 3.4. Atualmente, a RS-Prev não dispõe desse tipo de equipamento, o que torna necessária sua aquisição para suprir a demanda existente e aprimorar a estrutura técnica das produções audiovisuais e transmissões institucionais.
- 3.5. A solução pretendida oferece tecnologia atualizada, mobilidade, compatibilidade com diferentes plataformas e excelente relação custo-benefício, atendendo plenamente às necessidades operacionais da Fundação.

#### 4.4. DO ESCOPO DO SERVIÇO

- 4.1.0 escopo compreende o fornecimento de 01 (um) conjunto completo de microfone de lapela sem fio, incluindo transmissores, receptor, estojo de carregamento e acessórios padrão (cabos, cliques e manuais).
- 4.2. Os equipamentos deverão ser novos, em perfeitas condições de uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

#### 5. DO ENQUADRAMENTO COMO BENS OU SERVIÇOS COMUNS

- 5.1. Trata-se de aquisição de bens de qualidade comum conforme disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentado no âmbito da RS-Prev pelo art. 3º, § 1º da Resolução DE nº 07, de abril de 2024.

#### 6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. **Sustentabilidade:** Não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da presente contratação, razão pela qual não se aplicam critérios específicos de sustentabilidade.
- 6.2. **Referência de marca: Marca de referência: Hollyland, modelo mais moderno ou tecnicamente superior, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente às especificações.**
- 6.3. Exigência de amostra: Poderá ser exigida amostra para fins de verificação da conformidade técnica.
- 6.4. Subcontratação: Não será admitida subcontratação.
- 6.5. Garantia da contratação: Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### 7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 7.1.0 prazo de entrega do objeto será de 10 (dez) dias corridos a partir da emissão da ordem de compra.
- 7.2. A ordem de compra será encaminhada para o e-mail do fornecedor, que deverá ser informado no envio da proposta.
- 7.3.0 objeto poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, se em desacordo com este termo de referência ou com a proposta, devendo ser substituído pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE.

#### 7.4. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 7.4.1.0 recebimento provisório do objeto será realizado pela área demandante da RS-Prev, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, mediante conferência da nota fiscal e verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

7.4.2.0 recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, ficando condicionado ao uso inicial e à realização dos testes necessários para aferir seu pleno funcionamento.

7.4.3.Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a CONTRATADA será notificada para substituição ou correção, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.4.4.Somente após a verificação da plena adequação do objeto será efetuado o recebimento definitivo, mediante termo ou registro formal pela área competente;

#### **7.5. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

7.5.1.0 recebimento definitivo do objeto será realizado após a verificação do pleno atendimento às especificações técnicas, à conformidade com a proposta apresentada e à ausência de vícios ou defeitos nos equipamentos entregues.

7.5.2.0 recebimento definitivo ocorrerá mediante formalização da área demandante, devidamente atestado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório.

7.5.3.Somente após o recebimento definitivo é que será autorizada a liquidação da despesa e, conseqüentemente, o pagamento à CONTRATADA.

#### **8.DA DISPENSA DE CONTRATO**

8.1.Fica dispensada a formalização de contrato para a presente aquisição, uma vez que o valor não ultrapassa o limite estabelecido no art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.A aquisição do bem será formalizada por meio de Ordem de Compra, que servirá como documento hábil para todos os efeitos legais, especificando as obrigações das partes quanto à entrega dos produtos/serviços, prazos, valores, e demais condições acordadas.

8.3.A Ordem de Compra conterá todos os detalhes da transação, sendo suficiente para assegurar os direitos e obrigações das partes, sem prejuízo de eventuais sanções ou penalidades previstas em lei, caso haja descumprimento das condições estabelecidas.

#### **9.DO PAGAMENTO**

9.1.0 pagamento será efetuado pela RS-Prev, por meio de ordem bancária, fatura ou boleto, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor selecionado, em até 10 (dez) dias úteis.

9.2.0 pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pela área demandante, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos itens efetivamente entregues.

9.3. A nota fiscal deverá ser encaminhada à RS-Prev para o e-mail financeiro@rsprev.com.br.

## **10.DAS FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1.A CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## **11.DA ESTIMATIVA DO VALOR E DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1.O valor global estipulado para a aquisição em tela é de **R\$ 1.536,67 (mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos)**.

11.2.As despesas decorrentes da aquisição do presente objeto correrão por conta de recursos próprios da RS-Prev por meio da conta orçamentária nº 1.03.01.02.00.00.00

## **12.DA PROPOSTA**

12.1.A proposta deverá atender integralmente às especificações deste documento, descrevendo características e preços unitários, já incluindo todos os custos, impostos, taxas, fretes e encargos necessários ao fornecimento.

12.2.O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data da sua apresentação.

## **13.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1.Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas decorrentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

13.1.1.Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as condições, prazos, especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

13.1.2.Entregar os equipamentos novos, sem uso anterior, devidamente acondicionados, acompanhados de todos os acessórios, manuais e itens previstos, garantindo seu perfeito funcionamento.

13.1.3.Prestar todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, de forma clara, objetiva e tempestiva.

13.1.4.Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto entregue que apresentar defeitos, vícios, falhas de funcionamento ou desconformidade com as especificações técnicas, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

13.1.5.Manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.

- 13.1.6. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial e civil decorrentes de sua atuação, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CONTRATANTE.
- 13.1.7. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer ocorrência, irregularidade ou fato que possa comprometer o cumprimento do prazo de entrega ou a adequada execução do objeto, prestando os esclarecimentos necessários.
- 13.1.8. Manter a CONTRATANTE informada acerca de eventuais alterações em seus dados cadastrais, especialmente endereço, telefone e e-mail.
- 13.1.9. Executar a contratação em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se pela confidencialidade e pelo uso adequado de quaisquer informações a que venha a ter acesso em razão da contratação.
- 13.1.10. Não divulgar, veicular ou utilizar, para quaisquer fins, informações relativas à CONTRATANTE ou à contratação, sem prévia e expressa autorização.
- 13.1.11. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, como requisito para o pagamento.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 14.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:
  - 14.1.1. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir regularmente o fornecimento do objeto, observadas as disposições deste Termo de Referência e da Ordem de Compra.
  - 14.1.2. Emitir a Ordem de Compra em conformidade com as condições pactuadas, indicando de forma clara o objeto, o prazo de entrega e as demais informações necessárias à execução do objeto.
  - 14.1.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto, verificando a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
  - 14.1.4. Receber o objeto de forma provisória e definitiva, nos prazos e condições estabelecidos, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa dos equipamentos entregues.
  - 14.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades identificadas no objeto fornecido, concedendo prazo para a devida correção ou substituição, nos termos da legislação aplicável.

- 14.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que não atendam às especificações técnicas, às condições pactuadas ou que apresentem vícios ou defeitos de funcionamento.
- 14.1.7. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal/fatura, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 14.1.8. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento da contratação, sempre que solicitados.
- 14.1.9. Exercer as prerrogativas administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à aplicação de sanções, quando configurado o inadimplemento contratual.
- 14.1.10. Zelar pela guarda, conservação e uso adequado dos equipamentos após o recebimento definitivo, eximindo a CONTRATADA de responsabilidade por danos decorrentes de mau uso.

#### **15. DA CONFIDENCIALIDADE, DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LGPD E DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO**

- 15.1. A CONTRATADA declara ter ciência da Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, disponível em seu site, responsabilizando-se por zelar pelo seu cumprimento e por manter todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas necessárias à proteção dos dados pessoais que possui acesso em razão do avença firmado junto à fundação, impedindo que terceiros deles possuam acesso, e ciente de que estará sujeito às sanções cíveis e penais cabíveis, inclusive decorrentes da violação de segredo profissional, previstas no artigo 154 do Código Penal. A CONTRATADA observará, incondicionalmente, o disposto na Lei Anticorrupção, declarando:
- 15.2. Não ter sido acusado e nem condenado por qualquer delito envolvendo fraude, corrupção ou suborno em qualquer jurisdição do país.
- 15.3. Na hipótese de incorrer, durante a condução dos serviços contratados, em alguma situação que possa caracterizar delito previsto na Lei Anticorrupção, a RS-Prev será imediatamente comunicada.

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

PROPOSTA COMERCIAL	
<p>A Empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, sediada no endereço _____, e-mail _____, telefone _____, apresenta a presente proposta de preços para a aquisição de 01 (um) conjunto de microfones de lapela sem fio, composto por 2 (dois) transmissores e 1 (um) receptor, acompanhado de estojo de carregamento, destinado à captação de áudio em gravações de vídeos institucionais, transmissões ao vivo e demais atividades de comunicação institucional.</p>	

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	1	1	Aquisição de 01 (um) conjunto de microfone de lapela sem fio, composto por 2 (dois) transmissores e 1 (um) receptor, acompanhado de estojo de carregamento, destinado à realização de gravações para produção de vídeos institucionais, transmissões ao vivo e demais atividades de comunicação institucional.	R\$

*(valor por extenso)*

Declaramos que no preço proposto estão inclusos todos os custos necessários à execução do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o mesmo.

Cidade, data, ano.

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL**

NOME DA EMPRESA

## ANEXO IV

### MINUTA DA ORDEM DE COMPRA

ORDEM DE COMPRA n.º 00X/2026

**Contrato:** 00X/2026

**PROA:** 25/9010-0000025-8

#### DADOS DO FORNECEDOR

**Empresa Favorecida:** XXXXXX

**CNPJ:** XXXXXXXX

**Telefone:** (XXXX) XXXXX

**Contato/E-mail:** XXXXXX

#### DADOS DO AQUISIÇÃO

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da presente ordem autoriza a aquisição e entrega do item abaixo indicado:

ITEM	UN	QT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	UN	1	Aquisição de 01 (um) conjunto de microfone de lapela sem fio, composto por 2 (dois) transmissores e 1 (um) receptor, acompanhado de estojo de carregamento.	R\$ xxxxx	R\$ xxxx
				<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ XXXX</b>

#### DADOS DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

**Local de entrega:** Rua Washington Luiz, nº 820, 10º andar, sala 1001, Centro Histórico, Porto Alegre – RS.

**Prazo de Entrega:** A CONTRATADA deverá realizar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento desta Ordem de Compra.

**Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado pela RS-Prev, por meio de ordem bancária, fatura ou boleto, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor selecionado, em até 10 (dez) dias úteis.

**Dados para envio da Nota Fiscal:** [compras@rsprev.com.br](mailto:compras@rsprev.com.br); [financeiro@rsprev.com.br](mailto:financeiro@rsprev.com.br).

**Dotação Orçamentária:** 1.03.01.02.00.00.00

#### DADOS DA RS-PREV

**Razão Social:** FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – RS-PREV

**CNPJ:** 24.846.794/0001-77

**Inscrição Estadual:** Isento

**Endereço:** Rua Washington Luiz, nº 820, 10º andar, sala 1001, Centro Histórico, Porto Alegre – RS.

**Rafael Rocha Luzardo**  
Diretor de Administração  
Diretoria-Executiva

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL